

Sol do Sertão Holding S.A. e Controladas

CNPJ nº 37.733.035/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,** A Administração da Sol do Sertão Holding S.A. ("Companhia" ou "Sol do Sertão") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **A Companhia:** A Sol do Sertão é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento o Complexo Solar Sol do Sertão, composto pela Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A., Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. e Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A., estas que iniciaram a operação comercial em agosto de 2021. O empreendimento solar está localizado no município de Oliveira dos Brejinhos, no estado da Bahia, e possui capacidade instalada

total de aproximadamente 476 MWp (equivalentes a 415 MWac), contando com painéis solares fotovoltaicos bifaciais, capazes de gerar energia com mais eficiência. **Governança corporativa:** A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A Sol do Sertão trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a Sol do Sertão, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no

setor de energia. A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025. **A Administração.**

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	BALANÇO PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24
<b>Circulante</b>								(Reclassificado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	81	2.542	12.791	11	15	7	66.850
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	7.914	12	-	-	52.737
Contas a receber	7	-	-	17.540	-	-	-	20
IRPJ e CSLL a recuperar	-	19	-	19	13	7	-	2.541
Tributos a recuperar	-	109	40	336	14	-	34	7.193
Despesas antecipadas	-	-	-	30	15	-	-	2.622
Estoque	-	-	-	63	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	41	-	-	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>209</b>	<b>2.582</b>	<b>38.734</b>	<b>22</b>	<b>41</b>	<b>131.963</b>	<b>80.259</b>
<b>Não circulante</b>								
Realizável a longo prazo								
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	45.473	12	-	-	982.449
Tributos a recuperar	-	-	-	196	16	-	-	1.531
Despesas antecipadas	-	-	-	73	14	-	-	5.611
Investimentos	8	130.758	275.225	-	17	467.800	467.800	467.800
Imobilizado	9	-	-	1.167.613	-	-	-	-
Intangível	10	-	-	410	-	-	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>130.758</b>	<b>275.225</b>	<b>1.213.765</b>	<b>130.945</b>	<b>277.766</b>	<b>130.945</b>	<b>277.766</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>130.967</b>	<b>277.807</b>	<b>1.252.499</b>	<b>130.967</b>	<b>277.807</b>	<b>1.252.499</b>	<b>1.345.927</b>
<b>Passivos</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	11	15	-	-	12	-	-	982.449
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	-	16	-	-	1.531
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	-	14	-	-	5.611
IRPJ e CSLL	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos e obrigações trabalhistas	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos regulatórios	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>22</b>	<b>41</b>	<b>131.963</b>	<b>22</b>	<b>41</b>	<b>131.963</b>	<b>80.259</b>
<b>Não circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	-	12	-	-	982.449
Provisão para processos judiciais	16	-	-	-	16	-	-	1.531
IRPJ e CSLL diferidos	14	-	-	-	14	-	-	5.611
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>28</b>	<b>28</b>	<b>989.591</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>989.591</b>	<b>987.902</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>130.967</b>	<b>277.807</b>	<b>1.252.499</b>	<b>130.967</b>	<b>277.807</b>	<b>1.252.499</b>	<b>1.345.927</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	467.800	(137.215)	330.585
Prejuízo do exercício	-	(52.819)	(52.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	467.800	(190.034)	277.766
Prejuízo do exercício	-	(146.820)	(146.820)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	467.800	(336.855)	130.945

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

	Controladora	Consolidado
Prejuízo do exercício	(146.820)	(52.819)
Total do resultado abrangente	(146.820)	(52.819)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

	Controladora	Consolidado
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(146.820)	(52.819)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2.461)	235
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	2.307	63.659
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81	2.542
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	81	2.542

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

**1. Informações Gerais:** **1.1 Contexto operacional:** A Sol do Sertão Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "Sol do Sertão"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de dezembro de 2019, com sede fora na cidade e estado de São Paulo, na Rua Dr. Campos Bicudo, nº 98, 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia é controlada direta da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. ("IBH I") e, tem como controlador final, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria"). A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. **1.2 Relação de entidades controladas:** A Companhia possui 100% de participação nas seguintes Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"): Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. ("OB I"), Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. ("OB II") e Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. ("OB III").

de multa devida à CEMIG, decorrente da geração de energia inferior (vide Nota Explicativa nº 11), nas Demonstrações do Resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sem impacto no resultado do Grupo. Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:

	Nota	31/12/24	Reclassificações	Consolidado 31/12/24
Receita líquida de vendas	18	163.553	(17.732)	145.821
Custo de venda de energia elétrica	19	(130.505)	17.732	(112.773)
<b>Lucro bruto</b>		<b>33.048</b>		<b>33.048</b>
Despesas gerais e administrativas	20	(236)	-	(236)
<b>Lucro operacional</b>		<b>32.812</b>		<b>32.812</b>
Receitas financeiras	21	16.137	-	16.137
Despesas financeiras	21	(93.299)	-	(93.299)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(77.162)</b>		<b>(77.162)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(44.350)</b>		<b>(44.350)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(8.469)	-	(8.469)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(52.819)</b>		<b>(52.819)</b>

**Fluxos de caixa das atividades operacionais**  
Prejuízo do exercício (146.820) (52.819) (146.820) (52.819)  
**Ajustes de receitas e despesas**  
Impostos de renda e contribuições sociais 7 - 16.764 -  
Depreciação e amortização 9 e 10 - - 47.058 49.700  
Baixa de ativo imobilizado e intangível 9 e 10 - - 1.475 54.519  
Resultado com participações societárias 8 146.912 52.936 - -  
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas 6 - - (7.144) -  
Juros, variações monetárias e custo de emissão - empréstimos e financiamentos 12 - - 90.289 92.339  
Provisão de multa por geração inferior 11 - - 62.921 -  
Provisão para processos judiciais - - - 1.531 (1.555)  
**Variações nos ativos operacionais**  
Contas a receber 7 - - 1.837 (2.546)  
Tributos a recuperar (88) 111 (34) (361)  
Estoque - - - (63) -  
Despesas antecipadas - - - 2.083 (229)  
Outras contas a receber - - - 218 2.353  
**Variações nos passivos operacionais**  
Fornecedores 11 7 (2) (18.976) 17.430  
Contas a pagar a partes relacionadas - - - (158) 178  
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar 14 (16) 9 3.383 6.876  
Provisão para processos judiciais 16 - - - (182)  
Encargos regulatórios - - - 111 96  
**Caixa gerado pelas atividades operacionais** 2 235 54.474 165.799  
Imposto de renda e contribuição social pagos (18) - - (9.469) (5.202)  
**Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais** (16) 235 2.198 117.752

**Participação**

Empresa	31/12/25	31/12/24	Atividade principal	Controle
Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A.	100%	100%	Geração de energia	Direto
Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A.	100%	100%	Geração de energia	Direto
Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A.	100%	100%	Geração de energia	Direto

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:**  
**2.1 Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2026. **2.2 Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2.1 Políticas contábeis materiais não apresentadas em notas explicativas:** Considerando que a Companhia não apresenta determinadas notas explicativas em suas demonstrações financeiras, as correspondentes políticas contábeis, que seriam divulgadas nessas notas, estão sendo apresentadas neste capítulo. **2.2.1.1 Arrendamentos:** O Grupo reconhece, em concordância com o CPC 06 - Arrendamentos, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros. O ativo é depreciado ao longo do prazo do contrato e o passivo atualizado pelos encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos realizados. O Grupo possui contratos de arrendamento de terras cujos pagamentos são integralmente variáveis, atrelados a receita líquida. Em função dessa característica, tais contratos não atendem aos critérios para reconhecimento de passivo de arrendamento conforme o CPC 06, sendo os pagamentos reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que incorridos. **2.2.1.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da administração, incluindo encargos e benefícios, totaliza R\$ 9.079 (R\$ 4.271 em 31 de dezembro de 2024). Os respectivos custos são incorridos por empresas do grupo econômico sob a Infraestrutura Brasil Holding I S.A., controladora da Companhia. **2.3 Adoção de normas contábeis - Novas e revisadas:**

**Fluxos de caixa das atividades de investimento**  
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas 6 - - - (4.135)  
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível 9 e 10 - - - (5.743) (48.702)  
Integralização de capital nas controladas 8 (2.445) - - -  
**Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** (2.445) - - - (5.743) (52.837)  
**Fluxos de caixa das atividades de financiamento**  
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas 6 - - - (48.938) -  
Resgates de aplicações financeiras vinculadas às dívidas 6 - - - 51.811 -  
Pagamento de empréstimos e financiamentos 12 - - - (50.197) (47.477)  
**Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento** - - - (47.324) (47.477)  
**Caixa líquido aplicado nas atividades de caixa e equivalentes de caixa, líquidos** (2.461) 235 (50.868) 17.438  
**Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** 81 2.542 12.791 63.659  
**Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** 81 2.542 12.791 63.659

As Controladas possuem as seguintes características:

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Garantia Física - MWm	Início da autorização	Fim da autorização
OB I	Sol do Sertão XXXVI	BA	40,82	13,1	29/07/2019	28/07/2054
OB I	Terra do Sol VII	BA	54,43	17,5	29/07/2019	28/07/2054
OB I	Terra do Sol XI	BA	47,62	15,3	29/07/2019	28/07/2054
OB II	Sol do Sertão VIII	BA	95,25	30,7	29/07/2019	28/07/2054
OB II	Sol do Sertão XII	BA	54,43	17,5	29/07/2019	28/07/2054
OB III	Sol do Sertão XIII	BA	74,84	24,1	29/07/2019	28/07/2054
OB III	Sol do Sertão XIV	BA	20,41	6,6	29/07/2019	28/07/2054
OB III	Sol do Sertão XXXV	BA	27,21	8,7	29/07/2019	28/07/2054
<b>Total</b>			<b>415,01</b>	<b>133,5</b>		

**Norma / Pronunciamento** | **Vigência** | **Principais pontos novos/alterados**  
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | 01/01/2025 | Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante.  
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação | 01/01/2026 | Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.  
CPC 48 - Instrumentos Financeiros | 01/01/2026 | Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais.  
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis | 01/01/2027 | Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

**Fluxos de caixa das atividades de caixa e equivalentes de caixa, líquidos** (2.461) 235 (50.868) 17.438  
**Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** 81 2.542 12.791 63.659  
**Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** 81 2.542 12.791 63.659

A Companhia juntamente com suas controladas, é referida como "Grupo" ao longo das demonstrações financeiras. **1.3 Contratos de energia:** Das oito usinas que integram o Complexo Solar Sol do Sertão, sete possuem contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), formalizados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL) de longo prazo firmados com a CEMIG Geração e Transmissão ("CEMIG"), em condições livremente negociadas entre as partes, até dezembro de 2041. Esses contratos preveem entrega anual de energia, sendo realizada, ao final de cada exercício, a apuração da energia efetivamente gerada e entregue, bem como das compensações financeiras decorrentes de eventuais diferenças entre os volumes contratados e realizados, conforme as regras pactuadas contratualmente. A usina Sol do Sertão XIV é, atualmente, a única unidade descontraída do complexo, possuindo menor capacidade instalada e menor garantia física em relação às demais usinas. Por essa razão, sua produção permanece exposta ao mercado de curto prazo, estando sujeita às variações do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). A condição de descontração da usina Sol do Sertão XIV não compromete a performance operacional do complexo como um todo, mas representa uma oportunidade de flexibilidade comercial, permitindo a eventual celebração de novos contratos no ACL ou a captura de oportunidades de mercado, conforme a estratégia comercial adotada. **1.4 Situação financeira:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo no montante de R\$187 na Controladora e negativo em R\$93.229 no Consolidado (positivo em R\$2.541 na Controladora e R\$5.739 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia fará a adoção a essas normas e interpretações novas e alteradas conforme o CPC correspondente, se cabível, quando entrarem em vigor. **2.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. **2.5 Conversão de moeda estrangeira:** (a) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. (b) Transações e saldos: Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos:** A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das

demonstrações financeiras. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 9 - Imobilizado: Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação; • Nota explicativa 10 - Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização; • Nota explicativa 9 - Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida: A avaliação da recuperação de ativos de longa duração, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (impairment) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis; • Nota explicativa 16 - Provisão para processos judiciais: Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. As práticas contábeis

	Controladora	Consolidado
Total do ativo circulante	209	38.734
Total do passivo circulante	22	131.963
<b>Capital circulante líquido</b>	<b>187</b>	<b>(93.229)</b>

O Grupo registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação dos empreendimentos e os efeitos recentes de eventos de *curtailment*, os quais reduziram o resultado dos exercícios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$ 336.855. As controladas possuem contratos de venda de energia de longo prazo, que proporcionam previsibilidade de receitas ao longo da vigência contratual, ainda que sujeitos a eventuais restrições operacionais do sistema elétrico. A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho operacional do Grupo, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital. No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico. Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. **1.5 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:** O CPC 23 estabelece que podem ocorrer ajustes ou erros no registro, mensuração, apresentação ou divulgação das demonstrações financeiras e que erros materiais de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, inclusive por reapresentação dos valores comparativos do período afetado. O Grupo revisa continuamente a apresentação e a divulgação de suas demonstrações para mantê-las adequadas e alinhadas às normas vigentes. **1.5.1 Reclassificação de cifras comparativas:** Para assegurar a comparabilidade, foram efetuadas reclassificações nos valores relativos à alocação da parcela variável

contínuas

foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo 3. **Gestão de Risco: 3.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis (IPCA)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

**(a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data. Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índice obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com apreciação e depreciação de 25%, e (iii) com apreciação e depreciação de 50%.

Operação	Inde-xador	Saldo em exposição	Controladora						
			Cenário I		Cenário II		Cenário III		
			Impacto provável	Redução de índice	Elevação de índice	Redução de índice	Elevação de índice	Redução de índice	Elevação de índice
Recursos em aplicações financeiras	CDI	81	11	8	14	5	16		
			13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%		
			4,05%	3,04%	5,06%	2,03%	6,08%		

**(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados a sobre de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou impaired e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais dos empréstimos, além de monitorar as condições restritivas financeiras ("covenants"), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias ou legais. A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data deste balanço, o Grupo mantém CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$81 (R\$2.542 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado de R\$12.791 (R\$63.659 em 31 de dezembro de 2024). A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

**Sol do Sertão Holding S.A. e Controladas**

	Controladora	
	Vencimentos Até um ano (i)	Total geral
Em 31 de dezembro de 2025	15	15
Em 31 de dezembro de 2024	7	7

	Consolidado				
	Acima de 1 ano (i)	Acima de 3 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	5 anos (i)	Total geral
Em 31 de dezembro de 2025	66.850	-	-	-	66.850
Empréstimos e financiamentos	94.257	194.322	200.098	1.522.682	2.011.359
Contas a pagar a partes relacionadas	20	-	-	-	20
Encargos regulatórios	2.622	-	-	-	2.622
Em 31 de dezembro de 2024	22.904	-	-	-	22.904
Contas a pagar a partes relacionadas	178	-	-	-	178
Encargos regulatórios	2.511	-	-	-	2.511

(f) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos. O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e encargos regulatórios. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **3.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, o Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas às dívidas.

	31/12/25	31/12/24
Total dos empréstimos e financiamentos	1.035.186	1.037.901
(-) Caixa e equivalente de caixa	(12.791)	(63.659)
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	(53.387)	(49.116)
<b>Dívida líquida</b>	<b>969.008</b>	<b>925.126</b>
Total do patrimônio líquido	130.945	277.766
<b>Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)</b>	<b>1.099.953</b>	<b>1.202.892</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>88%</b>	<b>77%</b>

**3.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório:** As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. O risco de curtailment no setor de energia é a limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), mesmo que haja recurso natural para gerar. Causado por excesso de produção/falta de demanda em determinados dias e horários, congestionamento/indisponibilidade da rede de transmissão, ou por outros critérios operativos de confiabilidade definidos pelo ONS, apesar de ser um risco que sempre existiu no setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados e afetando especialmente projetos eólicos e solares da região Nordeste. Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em ativos de geração renovável, levando a busca por soluções estruturais como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo e regulamentação de armazenamento, além de compensações financeiras para visando mitigar os impactos financeiros aos geradores. Foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, a qual estabeleceu diretrizes para a compensação parcial aos geradores de energia elétrica por perdas decorrentes de certos tipos de restrições de geração. A referida Lei instituiu o arcabouço legal para eventual indenização, condicionando sua efetiva aplicação à regulamentação específica pelos órgãos competentes e a celebração de Termo de Compromisso entre os agentes de geração e o Poder Concedente. Em continuidade ao processo regulatório, foi instaurada a Consulta Pública nº 210/2025, aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026, com o objetivo de definir, entre outros aspectos, os critérios de elegibilidade, a metodologia de apuração dos montantes compensáveis, os limites financeiros aplicáveis e as condições operacionais para implementação do mecanismo previsto na Lei. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, o Grupo não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras consolidadas de 2025, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises. **(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **(c) Risco de impairment:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo identificou indicativos de impairment para um ativo ou grupo de ativos, conforme detalhado na nota explicativa nº 9 ("Imobilizado"). **4. Instrumentos Financeiros por Categoria: (a) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Mensuração subsequente de ganhos e perdas: VJR -** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado -** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e de impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros:** Os

passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecido no resultado. **(d) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados. **(e) Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indicativos de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. **(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Ativos financeiros</b>				
Ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	81	2.542	12.791	63.659
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	53.387	49.116
Contas a receber	-	-	17.540	19.377
Outras contas a receber	-	-	41	259
<b>Passivos financeiros</b>				
Ao custo amortizado:				
Fornecedores	15	7	66.850	22.904
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.035.186	1.037.901
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	20	178
Encargos regulatórios	-	-	2.622	2.511

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos classificados no circulante aproxima-se de seu valor justo em função do curto prazo remanescente até o vencimento. Para os instrumentos classificados no não circulante, a Administração entende que o valor contábil representa uma aproximação razoável do respectivo valor justo na data do balanço, considerando que são remunerados substancialmente por taxas pós-fixadas indexadas a indicadores econômicos e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Não foi elaborada estimativa específica de valor justo. **5. Caixas e Equivalentes de Caixas: Política contábil:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas controladas. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Recursos em banco e em caixa	-	-	133	15
Recursos em aplicações financeiras (i)	81	2.542	12.658	63.644
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>2.542</b>	<b>12.791</b>	<b>63.659</b>

(i) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 referem-se a CDBs atrelados à taxa DI, remunerados a uma taxa média de 99,26% do CDI com liquidez imediata (97% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024). **6. Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas: Política contábil:** As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	7.914	-
<b>Total</b>	<b>7.914</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>		
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	45.473	49.116
<b>Total</b>	<b>45.473</b>	<b>49.116</b>

(i) Contas reservas relacionadas às dívidas das controladas que possuem financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O montante com possibilidade de resgate no curto prazo é de R\$7.914 e o montante sem possibilidade de resgate no longo prazo é de R\$45.473. Valores aplicados em Fundo de Investimento com remuneração equivalente a 98,36% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (média de 96,60% do CDI em 31 de dezembro de 2024). **7. Contas a Receber: Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas. A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Venda de energia	17.540	16.449
Outras contas a receber (i)	-	2.928
<b>Total</b>	<b>17.540</b>	<b>19.377</b>

(i) Vendas provenientes da emissão de crédito de carbono durante o exercício de 2024. Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
A vencer	16.553	19.377
Vencidos de 1 a 30 dias	987	-
<b>Total</b>	<b>17.540</b>	<b>19.377</b>

**8. Investimentos: Política contábil:** Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Movimentação dos investimentos:**

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Sol do Sertão Holding S.A. e Controladas				Consolidado						
	OB I	OB II	OB III	Investimento	Total					
<b>Participação acionária</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>							
Saldos em 01 de janeiro de 2024	106.179	123.904	98.078	328.161						
Equivalência patrimonial	(20.754)	(15.909)	(16.273)	(52.936)						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	85.425	107.995	81.805	275.225						
<b>Participação acionária</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>							
Saldos em 01 de janeiro de 2025	85.425	107.995	81.805	275.225						
Equivalência patrimonial	(52.715)	(52.191)	(42.007)	(146.912)						
Integralização de capital	2.445	-	-	2.445						
Saldos em 31 de dezembro de 2025	35.156	55.805	39.797	130.758						
<b>(b) Resumo das informações financeiras:</b> O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:										
	Sol do Sertão OB I	Sol do Sertão OB II	Sol do Sertão OB III	Sol do Sertão OB III						
<b>Balço patrimonial resumido</b>										
Participação acionária	100%	100%	100%							
Ativo circulante	13.070	20.475	13.539							
Ativo não circulante	420.659	443.000	350.106							
Passivo circulante	57.502	48.991	34.007							
Passivo não circulante	341.071	358.679	289.841							
Patrimônio líquido	35.156	55.805	39.797							
<b>Demonstração de resultado resumida</b>										
Receita líquida de vendas	26.379	29.457	23.590							
Prejuízo bruto	(15.321)	(13.073)	(10.959)							
Prejuízo do exercício	(52.715)	(52.191)	(42.007)							
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>Sol do Sertão OB I</b>	<b>Sol do Sertão OB II</b>	<b>Sol do Sertão OB III</b>	<b>Sol do Sertão OB III</b>						
<b>Balço patrimonial resumido</b>										
Participação acionária	100%	100%	100%							
Ativo circulante	23.111	31.347	29.979							
Ativo não circulante	434.883	461.367	363.679							
Passivo circulante	31.928	26.701	22.609							
Passivo não circulante	340.640	358.018	289.245							
Patrimônio líquido	85.426	107.995	81.804							
<b>Demonstração de resultado resumida</b>										
Receita líquida de vendas	46.084	56.066	43.958							
Lucro bruto	8.886	16.701	7.461							
Prejuízo do exercício	(20.754)	(15.909)	(16.273)							
<b>9. Imobilizado: Política contábil:</b> O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado. <b>Teste de redução ao valor recuperável:</b> O Grupo avalia anualmente, ou com maior frequência, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de impairment, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada dos indicadores de impairment utilizando fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36, para suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Para fins de teste de impairment, a Administração define que as SPEs, em conjunto, representam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Essa classificação fundamenta-se no fato de que as SPEs estão situadas em uma mesma região geográfica e compartilham características operacionais e decisões estratégicas sinérgicas, sendo geridas e monitoradas como uma única unidade de negócios. Foram identificados indicativos de impairment no Complexo Solar do Sertão, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido exercício ficaram abaixo das projeções orientadas. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de curtailment que afetam o complexo e não estão sob controle da Administração. O curtailment é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados, vide nota explicativa nº 3.3. Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera a incerteza de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro. O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela Administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores. Os testes de impairment foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF). As premissas fundamentais que sustentam o teste de redução ao valor recuperável do complexo foram estruturadas a partir de projeções de fluxos de caixa fundamentadas em diretrizes financeiras, operacionais e regulatórias, sempre em alinhamento com o plano de negócios da Companhia e as condições vigentes de mercado. Para a correção das projeções de receitas e custos, adotou-se o IPCA como índice econômico central, refletindo de maneira fidedigna as expectativas inflacionárias para o período. O estudo abrange um período de 29 anos para fins de análise, que corresponde ao prazo de autorização do complexo, utilizando como data-base o dia 30 de setembro de 2025. No que tange à expectativa de faturamento, a receita baseia-se predominantemente em contratos bilaterais, PPAs (Power Purchase Agreements), que asseguram a comercialização da energia por prazos determinados. A curva de geração futura foi desenhada considerando o histórico de desempenho do complexo, certificações de produção de energia das usinas solares e o cenário de despacho projetado para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Um elemento crítico nesta modelagem é a projeção de perdas por curtailment, o qual se baseia em estudos de projeção de carga, demanda e de expansão de linhas de transmissão, para estimar os desligamentos forçados das usinas, considerados até o último ano de projeção. Assim, a geração líquida final para fins de faturamento é obtida subtraindo-se da geração bruta tanto as perdas por curtailment quanto o consumo interno das instalações. Sobre o fluxo de caixa, as projeções incorporam as deduções necessárias sobre as vendas, incluindo tributos como PIS e COFINS, aplicados rigorosamente conforme a legislação, além dos encargos setoriais regulatórios pertinentes ao setor elétrico. Para converter esses fluxos futuros ao valor presente, utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que inicia em 12,16% e converge para 11,62% a partir de 2028, capturando o perfil de risco do empreendimento e as flutuações das condições de mercado ao longo do tempo. Em relação à Lei nº 15.269/2025, o Grupo optou por uma postura conservadora, entendendo que não há base objetiva para mensurar esses efeitos no momento, de modo que o valor em uso do Complexo Solar Sol do Sertão não contempla tais ganhos potenciais até que as definições legais sejam plenamente estabelecidas. Como resultado desses testes, o valor recuperável de todos os ativos avaliados excedeu seu respectivo valor contábil. Portanto, não foi reconhecida qualquer perda por impairment no período, conforme parágrafo 58 do CPC 01 (R1). <b>(a) Composição e movimentação do ativo imobilizado:</b>										
	Imobilizado em andamento	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total						
Saldos em 01 de janeiro de 2024	8.239	1.239.864	17.760	1.265.863						
Adições	4.482	43.923	300	48.705						
Depreciação	-	(48.982)	(691)	(49.673)						
Baixas	(1.964)	(52.555)	-	(54.519)						
Saldo contábil líquido	10.757	1.182.250	17.369	1.210.376						
Custo	10.757	1.346.985	19.657	1.377.399						
Depreciação acumulada	-	(164.735)	(2.288)	(167.023)						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.757	1.182.250	17.369	1.210.376						
Adições	4.637	1.105	-	5.743						
Depreciação	-	(46.412)	(619)	(47.031)						
Baixas	-	(1.475)	-	(1.475)						
<b>10. Intangível: Política contábil:</b> Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, e servidões de passagem. O Grupo registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares. O saldo das controladas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.										
	Servidões	Software	Total							
Saldos em 01 de janeiro de 2024	375	89	464							
Amortização	-	(27)	(27)							
Saldo contábil líquido	375	62	437							
Custo	375	137	512							
Amortização acumulada	-	(75)	(75)							
Saldos em 31 de dezembro de 2024	375	62	437							
Amortização	-	(27)	(27)							
Saldo contábil líquido	375	35	410							
Custo	375	137	512							
Amortização acumulada	-	(102)	(102)							
Saldos em 31 de dezembro de 2025	375	35	410							
Amortização acumulada	-	-	-							
Taxa média de amortização	-	-	19,73%							
<b>11. Fornecedores: Política contábil:</b> O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.										
	Controladora	Consolidado								
31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24							
31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24							
15	7	1.128	4.703							
-	-	2.801	1.472							
-	-	62.921	16.729							
15	7	66.850	22.904							
<b>(i) Saldo a ser pago para CEMIG a título de multa contratual.</b> O contrato prevê um mecanismo										
<b>c) Composição de empréstimos e financiamentos:</b>										
Companhia	Descrição	Valor do Contrato	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Consolidado	
									31/12/25	31/12/24
OB I	BNDES	910.000	30/10/2020	IPCA + 4,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/10/2044	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da Sol do Sertão Holding, OB I, OB II e OB III; (ii) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadoras relativas ao projeto (iv) Fiança Bancária até a Conclusão do Projeto¹.	1.040.023	1.043.249
OB II										
OB III										
								(-) Custo de captação de dívidas	(4.837)	(5.348)
									1.035.186	1.037.901
<b>Conclusão do Projeto obtida em julho de 2023 e fianças bancárias exoneradas</b>										
<b>d) Movimentação de empréstimos e financiamentos:</b>										
					Empréstimos e (-) Custo de financiamentos	(-) Custo de captação	Total			
					1.041.767	(5.883)	1.035.884			
Saldos em 01 de janeiro de 2024					42.806	-	42.806			
Provisão de juros					48.997	-	48.997			
Atualização monetária					-	536	536			
Amortização de custos de emissão de dívida					(47.477)	-	(47.477)			
Liquidação do principal					(42.845)	-	(42.845)			
Liquidação dos encargos					-	-	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2024					1.043.248	(5.347)	1.037.901			
Provisão de juros					42.940	-	42.940			
Amortização de custos de emissão de dívida					-	510	510			
Atualização monetária					46.838	-	46.838			
Liquidação do principal					(50.197)	-	(50.197)			
Liquidação dos encargos					(42.808)	-	(42.808)			
Saldos em 31 de dezembro de 2025					1.040.023	(4.837)	1.035.186			
<b>e) Condições restritivas financeiras (covenants):</b> O financiamento com o BNDES obtido pelas controladas da Companhia possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD"), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na Sol do Sertão Holding S.A., com base nas demonstrações financeiras. O cálculo no encerramento em 31 de dezembro de 2025 deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente. Em 31 de dezembro de 2025 o índice de 1,30x não foi atingido; entretanto, conforme contrato, não há nenhum impacto para vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima. <b>f) Composição por ano de vencimento:</b>										
					Consolidado					
					31/12/25	31/12/24				
1 ano					53.223	50.509				
2 anos					51.695	49.117				
3 anos					52.039	49.433				
4 anos					52.396	49.762				
5 anos					52.768	50.104				
Após 5 anos					777.902	794.324				
Total					1.040.023	1.043.249				
<b>g) Custo de transação:</b> Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. <b>13. Impostos de Renda e Contribuições Sociais: Política contábil:</b> As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.										
					Controladora	Consolidado				
					31/12/25	31/12/25				
					7	2.541				
					7	2.541				
<b>Circulante</b>										
					7	2.541				
<b>Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)</b>										
					-	5.611				
					-	5.611				
<b>Não circulante</b>										
					-	5.611				
<b>Imposto de renda e Contribuição social diferidos</b>										
					-	8.152				
<b>Total</b>										
					(i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentados na nota explicativa nº 14. <b>14. Tributos e Obrigações Trabalhistas: Política contábil:</b> Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.					
					Controladora	Consolidado				
					31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24		
					-	33	-	3.790		
					-	45	-	-		
					-	12	-	-		
					-	1.040	643	-		
					-	6.057	156	-		
					-	39	78	-		
					-	34	7.193	4.667		
<b>Total</b>										
					(i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados					
<b>15. Encargos Regulatórios: Política contábil:</b> Nessa rubrica são reconhecidos os encargos relacionados ao setor de energia que são definidos pela ANEEL e cobrados pelas transmissoras, sob gestão do Operador Nacional do Sistema, os quais correspondem aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).										
					Consolidado					
					31/12/25	31/12/24				
					2.473	2.369				
					149	142				
					2.622	2.511				
<b>16. Provisão para Processos Judiciais: Política contábil:</b> Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. <b>(a) Composição da provisão para processos judiciais prováveis de perda:</b>										
					Consolidado					
					Regulatórios	Natureza				
					1.531	-				
					1.531	-				
<b>(b) Movimentação da provisão para processos judiciais prováveis:</b>										
					Consolidado					
					Regulatórios	Total				
					1.460	1.460				
					71	71				
					1.531	1.531				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>										
<b>As controladas possuem processo administrativo oriundos de Autos de Infração lavrado por suposto descumprimento de obrigações estabelecidas na Resolução ANEEL nº 921/2021 e Procedimentos de Rede. O valor total envolvido é de R\$ 3.200, sendo que a Companhia e seus assessores jurídicos consideram que o valor de R\$ 1.531 possui prognóstico de perda provável e R\$ 1.670 possui prognóstico de perda possível, sendo esse o único saldo de processos judiciais possíveis. <b>17. Patrimônio Líquido: (a) Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito da Companhia era</b>										

Sol do Sertão Holding S.A. e Controladas									
<b>(a) Custo de energia elétrica comprada para revenda:</b>									
	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>				
	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/25</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	20.366	17.775	-	(104)	(130)	(1.167)			
Custo de liquidação CCEE	7.235	3.812	(2)	(575)	(1.167)	(1.167)			
<b>Total</b>	<b>27.601</b>	<b>21.587</b>	<b>242</b>	<b>247</b>	<b>(74.200)</b>	<b>(77.162)</b>			
<b>(b) Custo de operação:</b>									
	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>				
	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/25</b>			
Pessoal	2.028	845	-	-	-	-			
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	6.970	8.731	-	-	-	-			
Prêmios de seguros	2.189	2.430	-	-	-	-			
Arrendamentos e alugueis	2.093	1.786	-	-	-	-			
Depreciações e amortizações	47.059	49.699	-	-	-	-			
Custos tributários (i)	202	-	-	-	-	-			
Outros custos	673	(781)	-	-	-	-			
<b>Total</b>	<b>61.214</b>	<b>62.710</b>	<b>143</b>	<b>97</b>	<b>16.503</b>	<b>236</b>			
<b>20. Despesas Gerais e Administrativas:</b>									
	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>				
	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/25</b>			
Pessoal (i)	-	12.963	-	-	-	-			
Materiais e serviços de terceiros	52	94	1.106	600	-	-			
Arrendamentos e alugueis	74	-	74	10	-	-			
Despesas tributárias	-	-	12	16	-	-			
Provisão para processos judiciais	-	1.531	(99)	-	-	-			
Outras despesas	17	3	817	(291)	-	-			
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>97</b>	<b>16.503</b>	<b>236</b>	<b>143</b>	<b>97</b>			
<b>21. Resultado Financeiro: Política contábil:</b>									
Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentados na rubrica "Outros custos".									
<b>22. Imposto de Renda e Contribuição Social: Política contábil:</b>									
Na Companhia, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro real considerando nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social. Nas controladas, a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.									
<b>23. Resultado Básico e Diluído por Ação: Política contábil:</b>									
O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.									
<b>24. Transações que não Afetam Caixa:</b>									
As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras, contudo não impactaram o caixa:									
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/25</b>	<b>31/12/24</b>			
Provisão para processos judiciais	-	-	1.531	-	-	-			
Provisão de fornecedores	-	7	62.921	16.764	-	-			
	-	7	64.452	16.764	-	-			
<b>25. Cobertura de Seguros:</b>									
O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As modalidades de seguros contratados pelo Grupo referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de danos materiais e lucros cessantes, D&O e responsabilidade civil. <b>26. Eventos Subsequentes:</b> Em 14 de janeiro de 2026, a controlada OB I liquidou o saldo mútuo que possuía com as empresas OB II e OB III no montante de R\$ 6.537. Após o encerramento do exercício social, o BNDES aprovou, nos termos contratuais, a substituição parcial ou total do preenchimento das contas reserva do serviço da dívida por fiança bancária. Foi apresentada fiança bancária no montante de R\$48.035 e, como consequência, os recursos anteriormente classificados como aplicações financeiras vinculadas às dívidas, até o limite desse valor, foram liberados das contas reserva e passaram a compor o caixa de livre movimentação da Companhia. O referido evento não impactou os saldos das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025. A Companhia realizou aportes de capital na controlada OB I em 14 de janeiro de 2026 no montante de R\$ 5.000 e, em 25 de fevereiro de 2026, no montante de R\$ 310. Em 14 de janeiro de 2026 e 05 de março de 2026, a controlada OB II realizou reduções de capital nos montantes de R\$5.000 e R\$2.540, respectivamente, mediante devolução de valores à Companhia. Em 14 de janeiro de 2026 e 05 de março de 2026, a controlada OB III realizou reduções de capital nos montantes de R\$2.000 e R\$2.500, respectivamente, mediante devolução de valores à Companhia.									
<b>Francisco Moya Reina - Diretor Presidente</b>									
<b>Gabriel Marinho de Farias - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores</b>									
<b>Rodrigo Cesar de Moraes - Controller</b>									
<b>Fabio Henrique Silva Marques - Contador - CRC SP-31705/0-3</b>									
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</b>									
Aos Administradores e Acionistas da Sol do Sertão Holding S.A., São Paulo - SP. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sol do Sertão Holding S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Sol do Sertão Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outros assuntos: Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 1.5.1 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 27 de Maio de 2025. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais demonstrações financeiras ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoria sobre eles. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressa									
mos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais									
riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nosso opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de Março de 2026.									
<b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b>									
<b>Daniel A. da S. Fukumori Contador</b>									
<b>CRC 2SP014428/0-6 CRC 1SP245014/0-2</b>									

# Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

# DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

